

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-56-0

DOI 10.22533/at.ed.560201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A CONSTRUÇÃO E USO DO SMARTSCÓPIO: PONTES PEDAGÓGICAS ENTRE A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA | |
| Fernando Lourenço Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019031 | |
| CAPÍTULO 2 | 9 |
| AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO MILITAR: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES | |
| Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Patricia D'Azeredo Orlando Bacciotti | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019032 | |
| CAPÍTULO 3 | 21 |
| CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROCESSOS DE CRITICIDADE GERADORES DE TRANSFORMAÇÃO | |
| Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter Patricia Thoma Eltz | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019033 | |
| CAPÍTULO 4 | 30 |
| O PENSAMENTO SISTÊMICO E A PRÁTICA DOCENTE NOS PROCESSOS AVALIATIVOS | |
| Márcia Lopes Leal Dantas | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019034 | |
| CAPÍTULO 5 | 38 |
| PARADIGMA DA COMPLEXIDADE – PRINCIPIOLOGIA DE AVALIAÇÃO | |
| Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019035 | |
| CAPÍTULO 6 | 48 |
| UMA INTELIGÊNCIA POR TODAS | |
| Matheus de Barros Silva Cardoso Henrique Lílian Coutinho de Barcelos Geisa Fonseca de Gonçalves | |
| DOI 10.22533/at.ed.5602019036 | |

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 7 | 53 |
| “ENXERGANDO” LONGE A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO W3C: POSSIBILIDADES ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO NA WEB | |
| Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos | |

CAPÍTULO 8 64

A VELOCIDADE E LEGIBILIDADE DA ESCRITA MANUAL DE DISLÉXICOS EM UMA TAREFA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Natália Lemes dos Santos
Monique Herrera Cardoso
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.5602019038

CAPÍTULO 9 73

ACESSIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS *ONLINE* NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO ALUNO CEGO

Isolda Veronese Moniz Vianna Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.5602019039

CAPÍTULO 10 79

AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

Taynara Maria Mendonça de Souza
Raquel Martins de Oliveira
Ana Maria Alves Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56020190310

CAPÍTULO 11 90

COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR LUDOVICENSE (UFMA, UEMA, IFMA E UNICEUMA): UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Isabel Cristina dos Santos Diniz
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.56020190311

CAPÍTULO 12 102

CONCEPÇÕES DE CUIDADO PARA INDIVÍDUOS COM TEA: POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Gabrieli Quevedo Meira
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini

DOI 10.22533/at.ed.56020190312

CAPÍTULO 13 115

DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E METAFONOLÓGICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA MISTA APÓS INTERVENÇÃO: ESTUDO DE CASO

Gabriela Franco dos Santos Liporaci
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.56020190313

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 14 | 122 |
| DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM: DIFERENCIANDO E COMPREENDENDO | |
| Miryan Cristina Buzetti Regiane da Silva Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190314 | |
| CAPÍTULO 15 | 128 |
| NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES | |
| Carolina Magro de Santana Braga Fabiana Maris Versuti | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190315 | |
| CAPÍTULO 16 | 132 |
| O ENSINO DA MÚSICA PARA ALUNOS SURDOS: UMA REVISÃO NACIONAL | |
| Brenda Novaes de Araújo Miryan Cristina Buzetti | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190316 | |
| CAPÍTULO 17 | 139 |
| O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BUSCA DE UM DIAGNÓSTICO PRECOCE VISANDO A INCLUSÃO | |
| Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa Shirlena Campos de Souza Amaral Viviane de Oliveira Freitas Lione Cristina Maria Carvalho Delou Danielle Gonçalves Novelli Nadir Francisca Sant'Anna | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190317 | |
| CAPÍTULO 18 | 155 |
| PRÁTICAS REALIZADAS POR UNIVERSITÁRIOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS | |
| Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Carolina Molena Rita de Cássia Petrenas Carlos Eduardo Romano | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190318 | |
| CAPÍTULO 19 | 163 |
| USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: PRATICANDO ACESSIBILIDADE | |
| Isabel Cristina dos Santos Diniz | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190319 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 20 | 174 |
| A GRAMÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO FLE: SEU LUGAR DE DIREITO | |
| Edson José Gomes | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190320 | |
| CAPÍTULO 21 | 187 |
| A ORIGEM DO UNIVERSO, DO PLANETA TERRA E DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA | |
| Marcos Vinícius Ferreira Vilela | |
| Edimarcio Francisco da Rocha | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190321 | |
| CAPÍTULO 22 | 198 |
| APROPRIAÇÕES, USOS E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: ARTES E OFÍCIOS NA PRAÇA SETE NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE | |
| Alexandra Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190322 | |
| CAPÍTULO 23 | 214 |
| A CULTURA CIRCENSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA | |
| Sintia Otuka Rossi | |
| Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge | |
| Maria do Carmo Monteiro Kobayashi | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190323 | |
| CAPÍTULO 24 | 221 |
| DISCALCULIA: PINTANDO, CONSTRUINDO E COMPREENDENDO A TABUADA DE MULTIPLICAÇÃO | |
| Ana Paula de Souza | |
| Ewerson Tavares da Silva | |
| Gabriela Silva Lemes | |
| Jordana de Oliveira do Amaral | |
| Luciana Alves da Costa Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190324 | |
| CAPÍTULO 25 | 235 |
| ODONTOLOGIA UNIFSP NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA | |
| Alessandra Rigotti Menezes | |
| Vinicius Humberto Nunes | |
| Luciene Patrici Papa | |
| Eduarda Gimenes Correa | |
| DOI 10.22533/at.ed.56020190325 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 242 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 243 |

PARADIGMA DA COMPLEXIDADE – PRINCIPIOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Data de aceite: 11/03/2020

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp.

E-mail: adelciomachado@gmail.com.

Jucielle Marta Baldissareli

Jornalista e Administradora. Doutoranda em Administração / Furb. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Docente e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

RESUMO: As instituições de educação superior constituem-se em organizações complexas, caracterizadas pela diversidade de doutrinas internas, atores de interesses diversos e diferentes atividades a serem desenvolvidas, segundo as funções legais inerentes a tais instituições. Como citado no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), entretanto em que a lei assegura um grau de autonomia para que cada instituição de educação superior possa gerir sua própria complexidade interna, exige que diversas finalidades sejam cumpridas. Tais escopos não se constituem como atividades simples, mas compreendem uma diversidade de funções

que certamente tornam o ensino superior uma realidade complexa, envolvendo desde aspectos da aprendizagem e transmissão de conhecimento até a reflexão acerca do mundo atual, de forma a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

1 | INTRODUÇÃO

A questão da avaliação da educação superior desperta constante debates acerca de sua forma de aplicação. Embora se reconheça a necessidade de avaliação, questiona-se até que ponto essa avaliação da educação superior se encontra a serviço do controle sobre a universidade.

Inicialmente, conforme destaca Leite (2005), importa diferenciar a avaliação educacional da avaliação institucional. Embora ambas sejam avaliações da área da educação, a avaliação educacional se preocupa com a aprendizagem de sujeitos, de grupos submetidos a processos ou situações com vistas à aquisição de novo conhecimento, habilidade ou atitude. Em outras palavras, diz respeito à análise de desempenho de indivíduos ou grupos, seja após uma situação de aprendizagem ou, regularmente, no exercício de uma atividade comumente profissional.

Já a avaliação institucional ou de políticas públicas colima avaliar a instituição como um todo ou as políticas públicas em seu caráter global e contextualizado. Destarte, a avaliação institucional diz respeito a um projeto que possibilita o balanço dos rumos da instituição em busca da qualidade. Como processo, a avaliação institucional é um serviço prestado à sociedade à medida que os participantes da instituição possam repensar seus compromisso e metas, formas de militância e os fins de seus misteres e de sua missão (LEITE, 2005).

Lopes (2001) sustenta que dois aspectos determinaram a existência das avaliações institucionais nas instituições de educação superior brasileiras. O primeiro deles, de ordem política, diz respeito às sucessivas crises vividas pelas universidades públicas federais nas três últimas décadas do século XX e à massificação do ensino, em virtude da expansão da rede privada.

Ao justificar a importância da avaliação da educação superior, Afonso (2000) afirma que ela é quase sempre um instrumento fundamental em termos de gestão. A avaliação precisa também ser compreendida no contexto das modificações educacionais e das alterações econômicas e políticas mais amplas. A avaliação é ela própria uma atividade política, como se pode constatar ao estudar e praticar a investigação avaliativa, nomeadamente pela análise sociológica de programas educacionais e de políticas públicas (AFONSO, 2000).

A qualidade da educação superior, no juízo da lavra de Pereira (2004), encontra-se diretamente vinculada à avaliação. É fundamental se avaliar para que os resultados obtidos sejam empregados como importantes *feedbacks*, que sirvam de retroalimentação para todo o processo. A avaliação não pode ser um fim em si mesma, pois essa perspectiva esvaziaria sua relevância.

A avaliação das condições de ensino, por exemplo, efetuada periodicamente pelas comissões de especialistas *in loco*, é uma forma relevante de assegurar a qualidade nos cursos, visto que objetiva realizar uma espécie de auditoria, procurando verificar se todas as informações fornecidas pelas instituições de ensino superior ao MEC efetivamente ocorrem em âmbito real, renovando o reconhecimento dos cursos superiores pela avaliação externa, que lhes confere inclusive maior credibilidade.

É preciso que os mecanismos de avaliação sejam constantemente discutidos e aprimorados, procurando-se desenvolver instrumentos que almejem as discrepâncias e peculiaridades regionais entre as instituições de educação superior. Também Ximenes (2003) entende que a avaliação institucional ou de cursos representa um importante mecanismo de interpretação da educação superior, diante das transformações pelas quais tal sistema tem passado. A educação superior passa a ser avaliada não apenas pelo julgamento dos pares em comitês fechados, mas também pela própria sociedade, na medida em que participa diretamente das avaliações, ou indiretamente por meio de julgamentos informais acerca dos resultados avaliativos

dos cursos, programas e/ou instituições, com base em relatórios divulgados por fontes diversas, sobretudo os dos órgãos de regulação.

2 | A AVALIAÇÃO E A COMPLEXIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As instituições de educação superior constituem-se em organizações complexas, caracterizadas pela diversidade de doutrinas internas, atores de interesses diversos e diferentes atividades a serem desenvolvidas, segundo as funções legais inerentes a tais instituições. Como citado no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), entretantes em que a lei assegura um grau de autonomia para que cada instituição de educação superior possa gerir sua própria complexidade interna, exige que diversas finalidades sejam cumpridas. Finalidades estas que não se constituem como atividades simples, mas compreendem uma diversidade de funções que certamente tornam o ensino superior uma realidade complexa, envolvendo desde aspectos da aprendizagem e transmissão de conhecimento até a reflexão acerca do mundo atual, de forma a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Ao se tomar as diferentes finalidades inerentes à educação superior, entre elas, o estímulo a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua, o incentivo do trabalho de pesquisa e investigação científica, tendo em vista o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, com isso, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, percebe-se a dificuldade de construção de um modelo de avaliação que englobe todas essas finalidades.

Entretantes, o modelo de avaliação precisa considerar as funções sociais da educação superior, como a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, estando aberta à participação da população, bem como as funções técnicas, como avaliar de a instituição está realmente promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que são o patrimônio da humanidade e se está comunicando o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. E, para tanto, não basta a simples realização de uma avaliação externa.

Nesse sentido, dispõe o art. 3º, da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL 2004), que

a avaliação considera as diferentes dimensões institucionais, como a missão e o plano de desenvolvimento institucional, a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal e de atendimento aos estudantes, enfim, todas as atividades que se fazem presentes nas instituições de educação superior e que se configuram de modo diverso de uma instituição para outra devido à autonomia de cada uma delas.

A avaliação das instituições não anula a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, em cada uma de suas dimensões, respeitando-se as mesmas, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento. Assim, empregam-se também instrumentos diversificados, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Portanto, a partir do momento em que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) leva em conta essas diversas dimensões das instituições de educação superior, bem como as especificidades de cada instituição, reconhece a complexidade inerente à educação superior.

Dias Sobrinho (2005) escreve que a avaliação da educação superior compreende necessariamente um terreno complexo. Inexistem entendimento acerca do que deve ser a educação superior, suas funções, suas formas, seus objetivos e filosofias. As dificuldades se fazem presentes em termos epistemológicos, políticos, técnicos, éticos, etc. Dias Sobrinho (2005, p. 15), ainda em termos de complexidade presente no contexto da avaliação da educação superior, esclarece que:

Toda epistemologia está banhada em visões de mundo, toda visão de mundo justifica e induz comportamentos, na vida privada e na pública, e busca a construção de um certo tipo de sociedade, um certo tipo de futuro. Toda avaliação opera com valores, nenhuma avaliação é desinteressada e livre das referências valorativas dos distintos grupos sociais. Toda avaliação se funda em alguns princípios, está de acordo com determinadas visões de mundo e busca produzir certos efeitos, ainda que esses pontos de partida, ideologias e objetivos nem sempre estejam claramente explicitados.

No entanto, é importante compreender que a complexidade não é sinônimo de complicação. Trabalhar com a complexidade não significa que os instrumentos e procedimentos de avaliação necessariamente sejam complicados. Conforme salienta Dias Sobrinho (2005), a simplicidade e a clareza compreendem alguns dos procedimentos virtuosos da ciência, mas isso não significa que, ao fazer ciência, com a finalidade de descomplicar, deva-se reduzir a realidade complexa à somente um de seus elementos.

Em termos de epistemologia, tem-se que a simplicidade e a complexidade não precisam ser termos antagônicos. Os procedimentos podem ser simples, sem destruir a complexidade, sem produzir os reducionismos que desconsideram as redes de significados dos fenômenos humanos.

O SINAES se propõe, por meio da avaliação da educação superior, conforme determina o § 1º, da Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), a melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, elevar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, aprofundando os compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, através da valorização de sua missão pública, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Como se observa, o atual modelo de avaliação da educação superior no Brasil reconhece a complexidade dessa instituição ao elencar os diferentes aspectos que um sistema de avaliação precisa respeitar e considerar, para que se eleve a qualidade da instituição de educação superior.

Ademais disso, a avaliação aplicada à educação superior torna-se mais complexa ao se considerar as três funções inerentes a educação superior: ensino, pesquisa e extensão. Estas são indispensáveis para que as diversas finalidades desse nível educacional sejam alcançadas.

Destarte, a complexidade das instituições de ensino superior encontra-se diretamente vinculada às funções de ensino, pesquisa e extensão. Diversas instituições de educação superior oferecem apenas a primeira dessas funções, deixando de lado a pesquisa e a extensão. Todavia, entende-se que não se faz uma educação superior de qualidade se as três funções não caminharem juntas.

Ao se fazer referência à pesquisa, não significa que seja necessário, para que uma instituição tenha qualidade, que desenvolva pesquisa de nível elevado, ou seja, se preocupe com grandes problemas. Basta que a instituição se preocupe em desenvolver soluções para problemas locais, inserindo-se no contexto local não apenas fisicamente, mas também por meio de suas atividades. Ao mesmo tempo em que desenvolve pesquisas de âmbito local ou regional, a instituição de educação superior também estará concretizando sua função de extensão, uma vez que entra em contato direto com a realidade do local na qual se encontra inserida.

A questão da pesquisa, suplantando a interdisciplinaridade para aplicar a transdisciplinaridade, contribui sobremodo para a complexidade da instituição de educação superior. À luz do magistério de Teixeira (2004), a pesquisa interdisciplinar enfrenta profundos desafios, condizentes a organização, gestão e coordenação do processo de pesquisa, os problemas de linguagem e de comunicação entre

os pesquisadores envolvidos, as questões epistemológicas que envolvem a construção da problemática de pesquisa, bem como as dificuldades inerentes à certificação científica de um campo de pesquisa em construção. No entanto, sem deixar de lado esta abordagem, configura-se relevante a transdisciplinaridade.

Dessarte, constitui-se repto à própria questão da avaliação do conhecimento gerado a partir do ponto de vista transdisciplinar. Urge abertura cada vez maior para a aceitação desta perspectiva, tanto em termos de ensino quanto de pesquisa e extensão em uma instituição de educação superior, para que se possa fazer face à complexidade.

Tendo por base a realidade complexa que caracteriza a situação da educação superior, emerge que um modelo de avaliação deve, necessariamente, ser participativo e partir de perspectivas internas.

Para ter controle sobre a complexidade do ambiente em que operam, as organizações tem desenvolvido e adotado, conforme suas necessidades, diversos sistemas de gestão de conhecimento, visando à garantia da qualidade de seus produtos e serviços, bem como a satisfação das necessidades dos consumidores.

Pereira (2004) afirma que o fator humano possui relevância central no processo, uma vez que coordena todas as demais atividades, como, por exemplo, o desenvolvimento, armazenamento e compartilhamento do conhecimento, também em um sistema de avaliação o fato humano possui relevância central. É ele que é responsável por todas as atividades desenvolvidas no âmbito da educação superior e que precisa estar comprometido com as finalidades da educação para que estas se tornem uma realidade.

De acordo com Pereira (2004), a disseminação da gestão da qualidade e a cultura de melhoria contínua, em qualquer organização, apresenta como maior desafio o fator humano, o qual, muitas vezes, apresenta resistência às mudanças e precisa ser devidamente preparado para contribuir no alcance dos objetivos organizacionais. Posto que todas as formalidades possíveis conduzam para a excelência, dependerá diretamente do comprometimento que cada fator humano tem para construir uma sociedade melhor.

O modelo de avaliação da educação superior deve, portanto, levar em conta o desenvolvimento alcançado em termos de gestão do conhecimento no mundo organizacional. Assim, a avaliação deve ter como finalidade última a qualidade de toda a instituição de educação superior, em termos de ensino, pesquisa e extensão. E, para tanto, os resultados da avaliação devem ser tomados como parâmetro para a implementação de melhorias em cada instituição de educação superior.

Nesse sentido, emerge que a avaliação, da forma como é proposta no SINAES,

representa uma estratégia de gestão do conhecimento, uma vez que por meio dela, são obtidas uma gama de informações específicas acerca de cada dimensão da instituição, as quais podem ser combinadas e inter-relacionadas, dando origem ao conhecimento. Este conhecimento, por sua vez, é parâmetro para o desenvolvimento de projetos e medidas que visem solucionar eventuais problemas identificados na instituição e melhorar a prestação dos serviços educacionais.

Não obstante, o novo modelo de avaliação, além de gerar conhecimento, assegura aos agentes da comunidade acadêmica de educação superior maior participação no processo avaliativo. Esses agentes, ao participarem do processo como sujeitos da avaliação, tornam-se mais comprometidos com as transformações e mudanças em termos de qualidade.

Destarte, a avaliação sob a perspectiva da complexidade, precisa também ser tomada como parâmetro para que os problemas encontrados nas instituições de educação superior sejam, aos poucos, eliminados, elevando-se a qualidade de ensino. Dessa forma, a avaliação deve permitir que sejam identificados os diferentes problemas presentes nas instituições, em seus diversos níveis. De nada adianta avaliar apenas de forma externa a formação dos alunos, se os problemas persistem em outros âmbitos da instituição.

Como a instituição de educação superior é uma instituição complexa, a avaliação precisa desenvolver seus diversos níveis e as inter-relações existentes entre eles. Somente assim, é possível introduzir modificações reais que, em última instância, resultem na melhoria da qualidade do ensino, mas também da pesquisa e da extensão, possibilitando que a instituição alcance de forma efetiva o cumprimento de suas funções.

A par de se constituir em processo sistemático de produção de conhecimentos acerca das atividades que são desenvolvidas dentro de uma instituição de educação superior, sobretudo em se tratando de pesquisa, ensino e extensão, possibilitando a formulação de juízos sobre a realidade de cada instituição avaliada e apontamento de críticas e sugestões de melhoria, a avaliação pautada no paradigma da complexidade deve incitar a reflexão.

Por meio da avaliação, torna-se possível levantar questionamentos sobre a condição da educação superior no mundo contemporâneo, sobretudo em termos de realidade brasileira. Essas reflexões e questionamentos devem envolver o maior número possível de agentes do processo de educação superior, em suas várias instâncias formais de instituição e comunidade externa, no intento de compreender se a instituição realmente cumpre com seus compromissos.

Por conseguinte, o conhecimento proporcionado pela avaliação deve ser

gerido de forma eficiente, para que seja um instrumento a serviço da instituição e permite a real obtenção de melhorias em todo o sistema de educação superior da República, juntamente com medidas de expansão e abertura de novas vagas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma da complexidade, nos termos concebidos por Morin (2005), diz respeito necessidade de compreender o mundo e os conhecimentos que o formam a partir da inter-relação existente entre os mesmos. Deixam-se de lado perspectivas reducionistas que tomam pequena parte do conhecimento de forma isolada como se assim fosse viável compreender a realidade concreta.

Quando aplicado à educação superior, o paradigma da complexidade não enfoca a abstração e a extração do conhecimento de seu contexto, mas demanda compreendê-lo por meio do reconhecimento da relação e intercomunicação que existe entre o conhecimento e o meio no qual é produzido. Para tanto, é preciso colocar fim as fronteiras impostas por meio das disciplinas, que não permitem reconhecer a interdisciplinaridade e a sistematicidade do conhecimento.

Ressalte-se que o pensamento complexo não objetiva eliminar a simplificação, mas se estende para ademais dela, procurando compreender a complexidade e evitando o reducionismo. Da mesma forma, também um sistema de avaliação de educação superior, aplicável a um ambiente complexo, pode ser simples, desde que envolva todas as dimensões do ensino e proporciona a compreensão da interdisciplinaridade que perpassa essas dimensões.

A avaliação da educação superior é um tema em torno do qual ainda persistem muitas discussões. Como tudo o que é social e político, a complexidade da avaliação encontra-se inserida num campo de conflitos e de antinomias. Inexistem consensos acerca da melhor forma de adequação e que estirpe de sociedade se pretende alcançar por meio da avaliação da educação superior, uma vez que prevalecem valores sociais contraditórios e os interesses mercantis são competitivos entre si.

Ao se analisar o modelo vigente de avaliação da educação superior, observa-se que ele se enriquecerá com as disposições do paradigma da complexidade, uma vez que poderá colimar as diversas dimensões da instituição de educação superior no momento da avaliação. Não são apenas os alunos que são avaliados, mas também os docentes e as demais atividades desenvolvidas pela instituição.

O SINAES apresenta como uma de seus princípios fundamentais a globalidade, que significa a compreensão de que a instituição precisa ser avaliada com base em um conjunto significativo de indicadores de qualidade, observados em sua

relação orgânica e não de maneira isolada. Destarte, faz-se mister considerar a interdisciplinaridade presente nas instituições de educação superior. A avaliação deve abranger as diversas dimensões da educação superior, constituindo-se abordagem interdisciplinar, que, entretanto, reconhece as especificidades de cada instituição e a complexidade inerente à sua ambiência interna.

A realização da avaliação à luz do paradigma da complexidade não se resume a divulgação dos resultados da avaliação das instituições, dos cursos de graduação e do desempenho do estudante. Reconhecendo que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar qualidade nas diferentes dimensões que formam o complexo ambiente da educação superior, é preciso que os resultados da avaliação tornam-se objeto de análise crítica e reflexiva, incentivando a solução de eventuais problemas identificados em cada instituição e, por conseguinte, a melhoria da qualidade do ensino.

Os resultados da avaliação podem ser tomados como o diagnóstico para a implementação da gestão de qualidade na educação superior. Esta se constitui-se modalidade de serviço à disposição da sociedade e, os cidadãos, enquanto usuários desses serviços, tem direito a garantia de qualidade do mesmo. Por conseguinte, é fundamental que a avaliação implique na tomada de medidas que visem à melhoria contínua do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esse sistema de avaliação, que considera as diversas dimensões da instituição de educação superior, incentivando a autoavaliação interna e não apenas a externa, bem como abrindo espaço para a participação da comunidade acadêmica, se constitui como uma estratégia de gestão do conhecimento. A avaliação é uma estratégia de gestão, direcionada para a produção, armazenamento e compartilhamento do conhecimento acerca das instituições de educação superior em seu contexto interno e externo. Em outros termos, isso significa que a avaliação produz conhecimentos acerca da realidade de cada instituição de educação superior e este conhecimento pode ser empregado na solução de problemas eventualmente identificados e na melhoria das diferentes atividades desenvolvidas no contexto institucional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Brasília. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo. **Avaliação participativa: perspectivas e desafios.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa.** Petrópolis: Vozes, 2005.

LOPES, Adão Dione. A avaliação institucional integrada ao planejamento estratégico de universidades: um estudo de aplicação na UFRGS. In **Avaliação institucional e o ensino superior: estudos de casos.** Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Educação superior, reflexividade e avaliação.** Pelotas: EDUCAT. UCPEL, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 75, 76, 77, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 158, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173

Aprendizagem 3, 6, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 27, 31, 35, 36, 38, 40, 48, 50, 52, 55, 59, 62, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 96, 98, 99, 100, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 143, 157, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 195, 214, 216, 217, 219, 222, 223, 224, 234, 237

Artes 12, 24, 28, 52, 71, 114, 198, 207, 208, 212

Atribuições 9, 17, 18, 103, 158

Avaliação 15, 16, 18, 19, 20, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 65, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 98, 100, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 124, 127, 128, 130, 151, 153, 162, 193, 194, 195, 196, 208, 222, 234

C

Campos de Experiência 214, 215, 219

Cego 73, 76, 77

Compreensão do Professor 122

Computador 56, 73, 76, 98

Concepções de Autismo 102, 141

Criatividade 5, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 215, 216, 218

Cultura Circense 214, 216, 219

D

Diagnóstico Precoce 139, 140, 153, 239

Dificuldade de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127

Discalculia 124, 125, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 233, 234

Dislexia 65, 66, 67, 70, 71, 115, 116, 124, 125, 231, 232

E

Educação Especial 9, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 101, 113, 124, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 157, 158, 162

Educação Inclusiva 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 128, 129, 130, 131, 132, 158, 162

Educação Infantil 85, 113, 128, 130, 196, 214, 215, 217, 218, 219, 220

Educação Profissional 21, 22, 24, 26, 28, 194

E-Learning 73, 78

Ensino Inclusivo 129, 221

Escrita 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 98, 115, 117, 118, 120, 126, 179, 182, 183, 185, 194, 212

Escrita Manual 64, 65, 66, 67, 70

Espaços Centrais 198, 201

Estudos CTS 21, 28

F

Formação de Professores 8, 128, 157, 158, 160, 162, 187, 189, 190, 191, 195

Francês 174, 175, 180, 181, 182, 184, 185, 200

G

Gramática 15, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

I

Inclusão 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 136, 139, 140, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 169, 170, 172, 222, 223, 233

Inteligências Múltiplas 48, 49, 50, 52, 98

Interação Pessoa 73, 76

L

Leitura 33, 66, 68, 101, 106, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 133, 164

Língua Estrangeira 174, 175, 177, 182, 184, 185

M

Métodos de Estudo 48

Militar 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 189, 209

Música 132, 133, 134, 135, 136, 137, 218

N

Neurobiologia do Autismo 140

Neurociência 128

O

Ofícios 198, 204, 205, 206, 212

P

Papel 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 36, 48, 49, 84, 88, 94, 104, 107, 110, 128, 129, 136, 159, 166, 170, 174, 176, 177, 184, 192, 199, 217, 218, 239, 240

Patrimônio Cultural 198, 205, 215, 216

Pedagogo 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 124, 242

Pensamento Sistêmico 30, 32, 36, 37

Políticas de Financiamento 79, 80, 83, 87

Prática Docente 3, 30, 160, 222, 233

Psicologia Histórico-Cultural 102, 103, 107, 112

S

Surdez 132, 133, 134, 135, 136, 137

T

Tabuada Geométrica 221, 223, 224, 225, 226, 233, 234

TEA 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 140, 141, 142, 144, 153

Tecnológica 3, 21, 22, 24, 26, 28, 40, 164

Transtorno de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127, 223, 224

Transtorno do Espectro Autista 102, 106, 139, 155, 156, 159

U

UX 73, 74, 76, 78

 **Atena**
Editora

2 0 2 0